

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO CEARÁ: APONTAMENTOS DO IMOPEC

Joaquim dos Santos¹
Pedro Igor Oliveira de Melo²
Antonio Juscelino Barbosa dos Santos³
Ana Cristina de Sales⁴
Zuleide Fernandes de Queiroz⁵

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a perspectiva de gênero presente nas publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Organização não governamental, fundada em 1988, na cidade de Fortaleza/CE. Desse modo, o estudo objetiva compreender os modos pelos quais as relações de gênero no Ceará foram problematizadas e difundidas pelo referido instituto. Desde sua fundação, o IMOPEC passou a desenvolver iniciativas de formação de públicos sobre os problemas sociais existentes no Ceará, como pesquisas acadêmicas, cursos de formação, elaboração de materiais educativos e etc. e para difundir “sua voz denunciante”, como o próprio IMOPEC se autodefiniu, ele criou a Revista Propostas Alternativas e o Boletim Raízes. Estas são as principais fontes da pesquisa. Como resultados parciais, é possível inferir como essa ONG atuou em diferentes lutas sociais. Dentre elas, se colocou no combate à desigualdade de gênero, dando ênfase às lutas das mulheres, seu cotidiano e suas formas de atuação social.

Palavras-chave: Gênero, Ceará, IMOPEC.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os debates sobre as questões de gênero ganham força no Brasil e no Ceará, debates que tratam da vergonhosa indústria do sexo, das desigualdades gritantes, da violência praticada contra mulheres, da falta de atendimento à saúde e da discriminação de mulheres negras, índias e homossexuais, dentre outras graves questões (IMOPEC, 2004, p.1).

Diferente dos últimos três anos, marcados pelas consequências do Golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff e a Democracia brasileira (MATTOS, BESSORE, MAMIGONIA, 2016), nos quais os debates sobre as relações de gênero vêm sendo cerceados,

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA). E-mail: joaquim.santos@urca.br;

² Graduando em História pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: pedroigoroliveirademelo@gmail.com.

³ Mestrado no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Regional do Cariri - URCA. E-mail: juscelino_13@hotmail.com.

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: anasalesprof@gmail.com.

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: zuleide.queiroz@urca.br.

e os sujeitos, grupos e entidades que os protagonizam vem sofrendo ameaças das mais diversas, o ano de 2004, o segundo do primeiro mandato do Governo Lula, foi declarado pelo governo brasileiro como sendo “o ano da mulher no Brasil”, através da Lei 10.745 de 09 de outubro de 2003. Em seu artigo 2, a referida Lei aponta que: “O Poder Público promoverá a divulgação e a comemoração do Ano da Mulher mediante programas e atividades, com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade”.⁶ Tal promulgação foi resultado do “movimento crescente de denúncias e reivindicações da sociedade e dos incontáveis grupos de mulheres espalhados pelo País” (IMOPEC, 2004, p. 1).

Entre janeiro e março de 2004, o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) publicou o número 45 do *Boletim Raízes*, sendo este o principal instrumento de difusão das ideias e das ações do referido Instituto. Esse número do Boletim foi dedicado à reflexão sobre as relações de gênero no Ceará, apresentando um pouco sobre seus desafios e suas desigualdades. Intitulado Pela *Igualdade de Gênero*, este Raízes é um importante documento para entendermos o posicionamento do IMOPEC nos que diz respeito às relações de gênero no Ceará, bem como seu horizonte político e propostas alternativas para o enfrentamento dos problemas sociais a elas relacionados.

Nesse artigo pretendemos analisar o *Boletim Raízes* mencionado, objetivando compreender a dimensão política desta publicação, uma vez que ela era utilizada na formação de públicos amplos nas variadas regiões do Estado do Ceará. Com a mesma relevância, buscamos analisar as propostas apresentadas para a construção de outras relações de gênero, diferentes das anunciadas na epígrafe deste texto.

Aqui é importante considerar que outros números do *Raízes*, bem como em outras publicações do IMOPEC, há informações e textos sobre as relações de gênero no Ceará. No entanto, até o ano de 2004, e o número 45 do Boletim, não encontramos outros anteriores dedicados especificamente à temática. Tal estudo vem ocorrendo mediante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado *História Pública e Ensino de História: O IMOPEC e a Educação Patrimonial no Ceará (2001-2015)* de autoria e coordenação do Prof. Joaquim dos Santos.⁷ Outrossim, a pesquisa vem sendo desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em

⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/09/17/senado-institui-o-ano-de-2004-como-ano-da-mulher>. Acesso em: 26/09/2019.

⁷ O projeto tem como objetivo geral: Compreender as relações entre o ensino de história pública do Ceará e a educação patrimonial desenvolvida pelo IMOPEC, entre os anos de 2001 e 2015. E tem como objetivos específicos: Entender as práticas de ensino de história do Ceará a partir do Curso de Formação à Distância Memória e Patrimônio Cultural do Ceará, promovido e mantido pelo IMOPEC; Investigar os saberes históricos construídos pelos participantes do Curso à Distância mencionado; Analisar os conceitos históricos usados e/ou

Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Regional do Cariri (URCA), e conta com o Apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da URCA (PIBIC), através de uma bolsa concedida pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). O bolsista Pedro Igor, coautor deste trabalho, vem se debruçando e analisando as publicações do instituto. Apresentamos a seguir algumas questões iniciais do estudo.

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos as publicações do IMOPEC, mediante sua análise qualitativa. De acordo com John Creswell (2007, p.35):

Uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.

A partir de 1992, o instituto investiu na produção e difusão da *Revista Propostas Alternativas*, uma publicação sob o registro ISSN 1677-6631. Cada edição apresentou um tema sobre o Ceará, entrelaçando-a com questões globais, nacionais e regionais (IMOPEC, 2015).⁸ Naquele mesmo ano, o IMOPEC começou a publicar o Boletim Raízes.

Nos recortes deste artigo utilizamos, principalmente, o *Raízes*. Ele foi o principal instrumento de divulgação das ações do IMOPEC. De produção trimestral e com ISSN 1677-6623, ele obteve 64 edições. Além de apresentar uma diversidade de temas e objetos, tendo como um elo comum as lutas dos movimentos sociais, os problemas sociais dos cearenses e alternativas de resistências e encontros das desigualdades, este periódico apresentava em cada edição os resultados das ações desenvolvidas pelo Instituto, publicizando informes,

produzidos pelo IMOPEC para referir-se à população cearense e sua formação social, histórica e cultural; Entender os usos políticos da(s) memória(s) e do patrimônio cultural do Ceará na *Revista Propostas Alternativas* e no *Boletim Raízes* (SANTOS, 2019).

⁸ Sobre a ordem das publicações da *Revista Propostas Alternativas* e seus respectivos temas, ver Santos et al (2019, p.21).

depoimentos dos integrantes do Curso à Distância e ações a serem desenvolvidas pelos mesmos (SOARES, 2004). Desse modo, este boletim é um instrumento fundamental para a compreensão da dinâmica da educação patrimonial promovida pelo IMOPEC. Nos limites deste escrito fazemos uso do Boletim n. 45, dedicado às relações de gênero no Ceará⁹.

No concernente aos caminhos teóricos constitutivos da pesquisa, os conceitos *memória* e *gênero* são fulcrais. A memória, que é um dos pilares teóricos e políticos do IMOPEC, é compreendida aqui como um processo de produção e reelaboração de significados. É um fenômeno individual e social, construído processualmente nas relações (SILVA, 2013).

O gênero é tomado no sentido apresentado por Joan Scott (1989). Para essa historiadora ele é um elemento constitutivo de relações sociais e que está baseado nas diferenças percebidas e construídas entre os sexos. Com a mesma relevância, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Uma vez sendo entendido como um elemento constitutivo das relações sociais erigidas sobre diferenças percebidas entre os sexos, ele está conectado a quatro elementos que se relacionam. Primeiramente, diz respeito aos símbolos construídos culturalmente e que apresentam múltiplas representações. Nesse caso, as questões que competem às prolemáticas dos historiadores dizem respeito às representações simbólicas, suas modalidades e contextos. Um segundo elemento toca os conceitos normativos que tornam inteligíveis interpretações dos símbolos, a fim de controlar e limitar suas potencialidades metafóricas, aspectos estes presentes nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Como terceiro aspecto das relações de gênero está a noção do político. E, por fim, a quarta diz respeito à identidade subjetiva. Por tudo isso, o gênero é compreendido como um “meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p.23).

RESULTADOS E DISCUSSÃO OU NOS PERCURSOS DA MEMÓRIA HÁ RAÍZES HISTÓRICAS

⁹ Todo esse material está disponível para pesquisa no Museu Casa da Memória de Porteiras, localizado no centro da cidade de Porteiras, no Cariri cearense. O referido museu foi criado a partir da atuação dos jovens do grupo REMOP (Retratores da Memória de Porteiras), formado em 2004 a partir do curso de formação à distância do IMOPEC (SANTOS, 2013). O Instituto ajudou a fundar o museu, permanecendo com parceria até o ano de seu fechamento, 2015. A Casa da Memória continua aberta ao público e tornou-se um espaço de reflexão sobre história e memória do Cariri, sendo premiada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), através do Prêmio Pontos de Memória - Edição 2014. Maiores detalhes, ver o blog retratores.blogspot.com.br.

O IMOPEC foi fundado em Fortaleza/CE, em 1988, momento este marcado pelo então recente processo de redemocratização do Brasil e intenso debate econômico e social nas variadas esferas públicas e segmentos da sociedade.

O Raízes é um boletim trimestral do IMOPEC cuja publicação do primeiro número data de fevereiro de 1992. Reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com o ISSN: 1677- 6623, este periódico se tornou, ao longo dos 27 anos de atuação do IMOPEC, um dos seus principais instrumentos de formação e difusão das ideias e propostas. Além dos artigos publicados, geralmente com uma linguagem formal, porém acessível para diferentes públicos, pois não seguia fielmente os aspectos formais da escrita acadêmica, como é o caso das regras de formatação e citação de obras, o *Raízes* informava em suas páginas iniciais (comumente as duas primeiras) sugestões de leituras conectadas com a temática de cada número lançado e ainda notícias sobre os projetos e as ações desenvolvidas e em desenvolvimento pelo instituto, junto às diferentes comunidades dispersas nos variados espaços do estado (SOARES, 2004).

Do primeiro número do Boletim, lançado em 1992, ao último, publicizado em 2015, sendo este uma edição alusiva aos caminhos e as lutas do IMOPEC ao longo dos seus 27 anos de atuação, o *Raízes* foi sendo elaborado e publicado com base na colaboração de pessoas que integravam e/ou tinham sintonia com as ideias e propostas do Instituto. Assim, há uma linha de pensamento coerente que delinea os escritos. O *Catálogo de Publicações do IMOPEC*, escrito e organizado por Nadja Soares e publicado em 2004 pelo mesmo Instituto, diz que:

O Boletim *Raízes* nasceu com a intenção de provocar a discussão e o aprofundamento de questões consideradas significativas para o movimento popular e que contribuem para o resgate das formas de resistência ao modelo econômico e cultural que há 500 anos vem sendo imposto ao povo latino-americano. *Raízes* procura contribuir para a produção de conhecimento acerca de nossas origens, de nosso jeito de ser e de estar no mundo. Através desse resgate oferece um pequeno esforço ao processo longo e sofrido de conquista da cidadania, abrindo espaços ao debate e oportunizando a expressão de opiniões e visões diferentes (SOARES, 2004, p. 13).

Se essa foi a proposta do IMOPEC cabe indagar: como as relações de gênero no Ceará foram representadas e difundidas no boletim mencionado? Após a página inicial de apresentação do número, com o destaque para o tema *Pela Igualdade de Gênero*, e na qual consta uma foto de trabalhadoras rurais acompanhadas de crianças trabalhando a terra molhada no Assentamento 10 de abril, na zona rural do município do Crato, o Boletim estimula, na página 2, a leitura de obras críticas dedicadas à vida das mulheres no Ceará.

Consta nas *Leituras Recomendadas* o livro da professora Gema Esmeraldo. Intitulado *Ceará no Feminino: as condições de vida da mulher na zona rural*, ele mostra os resultados de uma pesquisa realizada por uma ONG de Fortaleza (CETRA) entre os anos de 1993 e 1996, e que alcançou 83 municípios, situados nas diferentes regiões do Ceará. As informações apresentam dados relativos às condições de vida e trabalhos das mulheres da zona rural, incluindo informações sobre saúde, moradia, política, escolaridade, saneamento e religião (IMOPEC, 2004).

Além deste livro há também a indicação de mais três obras. O livro *Violência familiar: Guia metodológico e temático para facilitadores*, de Tina Baum e outros colaboradores foi mencionado como sendo um importante guia para a realização de oficina sobre a temática da obra. “Dentre outros objetivos, o guia possibilita a reflexão sobre relações de gênero e violência e oferece informações sobre direitos humanos e equipamentos de prevenção e combate à violência, tendo em vista buscar soluções” (IMOPEC, 2004, p.2). Nesse sentido, o livro reflete sobre cinco tipos de violência, a saber: 1. Física; 2. Emocional; 3. Patrimonial e econômica; 4. Sexual contra crianças; 5. Sexual contra mulheres.

A terceira obra sugerida aos leitores foi um documento memória [sic] intitulado *Jornada feminista pela justiça de gênero no desenvolvimento*, publicado pelo Centro das Mulheres do Cabo. Esta publicação contém as contribuições apresentadas durante a Jornada mencionada. Ela ocorreu entre os dias sete e nove de março de 2002, em Recife e Fortaleza, e teve como “eixo central a avaliação, denúncia e discussão, na perspectiva da luta pela igualdade de gênero, das intervenções de desenvolvimento financiadas pelas Instituições financeiras Multilaterais – IFMs” (IMOPEC, 2004, p.2).

Por fim, ainda na sessão *Leituras Recomendadas*, o IMOPEC sugere o livro *História das mulheres no Brasil*. Organizado pela historiadora Mary Del Priore, e publicado em 1997, esta obra é alusiva ao estudo sobre “o cotidiano das mulheres, no campo e na cidade, no norte, nordeste, sudeste e sul do Brasil, contemplando diferentes ambientes e os variados estratos sociais (escravas, operárias, burguesas, donas de casa, bóias-frias)” (IMOPEC, 2004, p.2).

A partir desta sessão já dá para perceber um pouco do horizonte político do IMOPEC no que diz respeito às relações de gênero no Ceará. Atentar os leitores para leituras de obras com essas abordagens e temáticas é um posicionamento ético que chama atenção para as desigualdades de gênero e suas muitas implicações na sociedade, sobretudo no que diz respeito às mulheres e à necessidade de justiça de gênero.

Na página 3, o primeiro texto deste número do boletim foi assinado pelo então Presidente do IMOPEC, Antônio José Cunha da Silva. Com o título *Desafio maior*:

Fortalecer o projeto popular, seu escrito há reclames que colocam em cena desafios latentes naquele momento e que continuam pulsantes na atualidade. Desafios nos campos da economia, da política, do social e do cultural foram apresentados sucintamente, porém de forma firme. Há nas palavras de Antônio José urgência na promoção da valorização da pessoa humana contra a marcha das leis do capitalismo. Há também o desafio de “alimentar processos éticos de organização e gestão popular, capacitando as novas gerações como sujeito da história”. Na esfera da cultura, ele aponta que é necessário “recuperar a crítica, exercitar a capacidade de julgamento e valorizar as raízes de nossa cultura”. De acordo com suas palavras:

Num mundo de tanta transitoriedade, é preciso recuperar o valor da pessoa, promovendo sua auto-estima; instalar de forma decidida a crítica nas escolas, associações e grupos de base; privilegiar a memória como elemento que reforça a luta popular; “descascar” o vocabulário novidadesco que não tem conteúdo; recuperar, enfim, a visão histórica” (IMOPEC, 2004, p. 3).

Essas são as palavras finais do texto de Antônio José. Aqui não há uma ênfase sobre as questões de gênero. Entretanto, seu escrito traz à baila o desafio maior de fortalecer as lutas populares e a ação cidadã, na medida em que convida todos a redesenharem a atuação social na defesa da dignidade humana e, principalmente, na formação e difusão de consciência crítica sobre o nosso lugar como sujeitos históricos. O uso da memória, nesse caso, é fulcral.

É justamente a reflexão sobre a memória e sua dimensão política que Gema Esmeraldo tece as páginas seguintes. Com um texto intitulado *Por uma memória de inclusão da mulher*, Esmeraldo apresenta uma síntese sobre como a construção das representações identitárias para as mulheres foi historicamente projetada para se limitar e se conectar ao corpo biológico. Sucintamente, ela faz um balanço reflexivo apontando como desde a antiguidade grega essas construções identitárias projetaram lugares e papéis distintos para os homens e para as mulheres, cabendo a estas o terreno da casa, da família e da vida doméstica, e aos homens o espaço público e político.

Apontando as transformações na sociedade brasileira do século XX, Gema Esmeraldo lembra a atuação dos movimentos feministas nas reinvenções e reivindicações das/para as mulheres e para a sociedade como um todo. Ao passo em que aponta para algumas mudanças nas estruturas desiguais das relações de gênero no Brasil, ela reforça:

Mas as conquistas não se fazem sem luta e há ainda muitas a assumir. Citamos o trabalho doméstico que ainda se coloca sob a responsabilidade estrita da mulher; os baixos salários pagos pelo mercado; a dita desqualificação profissional e monetária

em atividades ditas femininas; a violência da mídia na erotização do corpo feminino; a violência doméstica; a falta de equipamentos públicos para a socialização do trabalho familiar. Construir uma nova sociedade requer romper com uma ordem que teima em se perpetuar nas suas práticas injustas e desiguais para mulheres que também atingem os homens (IMOPEC, 2004, p.5).

Nas palavras finais do seu escrito, Gema Esmeraldo lembra como as práticas injustas e desiguais que historicamente recaíram sobre as mulheres também afetaram/afetam os homens. Isso nos faz lembrar que os gêneros são constituídos nas relações (SCOTT, 1989; SILVA, 2013) e que as formas e os mecanismos de opressão são múltiplos e atingem os sujeitos de diversos modos (CANDAU, 2013ab). Logo, as relações de gênero também são relações de poder. E isso tem projetado formas de opressão que nivelam as diferenças e reforçam as desigualdades e contradições entre os gêneros (BOURDIEUR, 2017; CASTRO, 2017). Essa é a questão central apontada pelo IMOPEC nesta publicação.

No texto seguinte, *Desigualdades de gênero no Ceará*, o último desta edição do *Raízes*, as autoras Adelita Carleial, Ana M. M. Araújo, Ilaina D. Pereira e o autor Luiz A. Gonçalves se debruçaram sobre informações do banco de dados do Laboratório de Estudos da População (LEPOP), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Elas e ele apresentam as contradições identificadas no ano de 2002 e que envolviam (e ainda ecoam) mulheres e homens no mercado de trabalho, na família e na política.

De modo amplo, os dados do LEPOP levantados naquele ano e avaliados pelos/as pesquisadores/as indicam como:

[...] mesmo sendo as mulheres a maioria da população, elas estão menos inseridas no mercado de trabalho do que os homens; dependem das pensões deixadas pelos arrimos de família; possuem maior escolaridade, mas, os seus salários são, relativamente, baixos; e no meio rural, as discriminações contra a mulher são maiores do que no espaço urbano (IMOPEC, 2004, p.6).

No que diz respeito às desigualdades no mercado de trabalho (e é válido lembrar que seus desdobramentos afetam os outros âmbitos) o texto indica como este campo era (e ainda é) mais aberto para os homens. Igualmente, aponta como as mulheres continuavam encontrando vagas de empregos em trabalhos, tradicionalmente, femininos, como é o caso dos serviços domésticos, da educação, da saúde e serviços, e na indústria de transformação.

Nesse mesmo horizonte, alguns postos de trabalho permaneciam majoritariamente masculinos, como a área da construção civil, dos transportes, de armazenamento e de comunicação. De acordo com o texto, “as mulheres superam os homens entre os trabalhadores com pior remuneração” (IMOPEC, 2004, p.6). Embora a escolaridade das mulheres fosse

mais significativa do que a dos homens, “não existiria, para as mulheres, uma correspondência direta entre a maior quantidade de anos de estudo e nível salarial, pois haveria uma predominância das mulheres nas faixas de renda mais baixas, ao passo que nas rendas mais elevadas os homens se sobrepõem a elas” (IMOPEC, 2004, p.7). O texto chama atenção para que as mulheres, estando organizadas em sindicatos e associações, protagonizem a mudança por meio da luta política.

Nos que toca às diferenças dos gêneros nos espaços urbanos e rurais, o estudo alude como o trabalho agrícola continuava sendo essencialmente dos homens. E denuncia a discriminação do trabalho feminino rural.

Sobre as relações entre gênero e família, o estudo aponta como os domicílios cearenses com mulheres liderando as famílias (chefe de família) representavam 28,5% do universo total, “sendo que 7% têm presença do cônjuge e 93% não o têm.” Os (as) autores/as reforçam o significado disso como uma diferença marcante entre os gêneros: “a maioria absoluta das mulheres que sustentam suas famílias está só maritalmente, ao contrário entre os homens 90,7% contam com a presença da companheira” (IMOPEC, 2004, p.7).

Além de outras questões, vale ressaltar que:

As baixas rendas tornam mais difíceis o cumprimento das responsabilidades femininas com a família, com a agravante, de que o rendimento, obtido pela ocupação da mulher chefe de família, varia com a sua cor ou raça. A mulher branca recebe, em média, R\$ 370,28, 30% a menos que o homem branco (R\$ 527,70). Se for negra ou parda, sua remuneração cai 45% (R\$ 201,97) (IMOPEC, 2004, p.8).

O texto *Desigualdades de Gênero no Ceará* e o boletim *Raízes* n.45 apresentam nas suas palavras finais o potencial feminino no eleitorado. Apresentando dados do TRE/CE, de 2003, eles indicam como, nesse âmbito, as mulheres superam numericamente os homens, tanto na capital Fortaleza, como no interior. Entretanto, o texto reforça que o poder feminino no eleitorado não se transformou em participação política, sobretudo quando olhamos para os dados do TSE (2003) referentes à ocupação dos cargos de prefeito(a) e vereador(a): 87,76% candidatos homens, e 17,24%, mulheres. Considerando os eleitos foram: 87,68% homens, e 12,32%, mulheres.

Desta forma, as relações de gênero, sociais e de poder, marcadamente, desiguais e injustas, no Ceará, expressam as contradições do sistema econômico, as quais produzem as explorações sobre o trabalho e, as intensificam nos segmentos populacionais, politicamente mais frágeis, como as mulheres (IMOPEC, 2004, p.8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo o que foi apresetado percebemos o *boletim Raízes* n.45 como uma “voz denunciante” contra as opressões de gênero no Ceará. Ao passo em que denunciou várias formas de desigualdades expressas em diferentes âmbitos da vida social dos cearenses, ele coloca em cena a necessidade de atuação política no cotidiano, como também de transformação política a partir do potencial feminino no eleitorado.

Com clareza nas afirmações e firmeza nas cobranças por transformações, o Boletim que apreseto o título *Pela Igualdade de Gênero* deixa a certeza da necessidade de mudanças nas relações de gênero no Ceará. No mesmo compasso em que tais denúncias podem provocar o poder público no tocante às políticas públicas para tais enfrentamentos, o Raízes também coloca pra nós a responsabilidade social para construir justiça social e equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BOURDIEUR, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kuhner. 5 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CANDAU, Vera Maria *et al.* **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CASTRO, Roney Polato; FERRARI, Anderson. A “ideologia de gênero” e processos educativos nos discursos religiosos: efeitos de saber-poder-verdade. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato (Orgs.). **Diversidades sexuais e de gênero**: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e mistos. 2 ed. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE – IMOPEC. **Boletim Raízes: Pela igualdade de gênero**. Fortaleza, n.45, Jan.- Mar.2004.

_____. **Boletim Raízes**: A memória e seu lugar – Os fazeres do IMOPEC. Fortaleza, n.64, Jan.-jun.2015.

MATTOS, Hebe; BESSORE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Historiadores pela democracia – o Golpe de 2016**: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Projeto de Pesquisa** - História pública e ensino de história: O IMOPEC e a educação patrimonial no Ceará (2001-2015). Crato: URCA, 2019 (Mimeo).

_____. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, UFBA, n. 6, pp. 54-70, 2013.

SANTOS, Joaquim dos; SALES, Ana Cristina de; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de; PINHEIRO, Josefa Nunes; Lyra Santos, Paula Cristiane de; BARBOSA DOS SANTOS, A. Juscelino. Ensino de história para quê(m)? O IMOPEC e a educação patrimonial no Ceará. In: **Educação no século XXI: História**. v.25. Belo Horizonte: Poisson, 2019, p.18-24.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, Nádja Maria de Moraes. **Catálogo de publicações do IMOPEC: 1989-2004**. Fortaleza: IMOPEC, 2004.